



ISSN 1984-5634

ARTIGO

CACOS PARA UM VITRAL: FEMINISMOS NO BRASIL DO SÉCULO XIX*

Pieces for a stained glass: feminisms in Brazil in the XIX century

RENATA CAVAZZANA DA SILVA*
LUANA DIAS DOS SANTOS**

RESUMO

A formação de uma imprensa feita por e para mulheres foi marcante no Brasil, do Império à República, embora seja ainda pouco explorada pela historiografia. Semanários como *O Sexo Feminino* (1873–1899) e *A Família* (1888–1897), e suas respectivas proprietárias, Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josefina Álvares de Azevedo, são parte importante dessa história. Tais jornais, fonte e objetos de nossa análise, permitem-nos identificar e mapear o desenvolvimento de ideias e gestos feministas que precederam a organização do movimento sufragista brasileiro. Diante disso, o objetivo deste ensaio é delinear brevemente o pensamento e a atuação destas mulheres a partir de suas publicações, estabelecendo relações entre a emergência do feminismo, a causa abolicionista e a luta pela cidadania das mulheres no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVES: Feminismo; Cidadania; Imprensa.

ABSTRACT

The formation of the press made by and for women was remarkable in Brazil, from the Empire to the Republic, although the historiography has poorly explored it. Weekly papers like *O Sexo Feminino* (1873–1899) and *A Família* (1888–1897), and their respective owners, Francisca Senhorinha da Motta Diniz and Josefina Álvares de Azevedo, they are important parts of this history. Moreover, as sources and objects of historical analysis, we can identify and chart the development of feminist ideas and gestures, even before the suffragist struggle. Therefore, this essay aims to briefly outline the thinking and actions of these women from their publications to set relations between the emergency of feminism, the abolitionist cause, and the fight for women's citizenship in Brazil throughout the second half of the XIX century.

KEYWORDS: Feminism; Citizenship; Press.

A sociedade brasileira, entre os séculos XIX e XX, foi marcada por grandes mudanças estimuladas pela nova dinâmica econômica internacional, que atingiu os diferentes níveis da experiência social. A economia industrial se expandiu globalmente e, ao se intensificar, impactou hábitos cotidianos e os modos de percepção de tempo e espaço

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 07.02.2022

ACEITO: 08.12.2022

COMO CITAR:

SILVA, R.C.; SANTOS, L.D. Cacos para um vitral: feminismos no Brasil do século XIX. *Aedos*, v. 15, n. 33, p. 106-119, jan.–jun., 2023.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Mestranda em História Global pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista CNPq. Integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Laboratório de Gênero, Etnicidade e Diversidades, da Universidade Federal de Catalão (LaGED/UFCat). ORCID iD: 0000-0001-9142-1190. E-mail: renata.cavazzana@gmail.com.

** Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CLPT). ORCID iD: 0000-0002-0616-8731. E-mail: paondd@gmail.com.

(SEVCENKO, 1998). Nesse contexto de excitação, fomentada pela modernização, os jornais se tornaram um símbolo das transformações mundiais que irromperam no dia a dia.

Marcada pela pluralidade de ideais políticos e pela explosão da palavra pública, a imprensa se fortaleceu como a principal difusora da modernidade, dos debates políticos e dos cânones europeus, embora tenha se desenvolvido tardiamente no Império. Fortemente influenciada pela cultura europeia e inspirada pelos ideais de igualdade e liberdade, a elite da sociedade brasileira ansiava pelo “progresso”. Dessa forma, o momento foi propício para a criação e a proliferação de uma miríade de jornais, principalmente a partir de 1822. De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2008, p. 7), somente em São Paulo foram registrados aproximadamente 1.500 títulos no fim do século XIX. Não obstante, poucos tiveram sucesso, subsistindo somente por alguns números.

Um dos segmentos de grande relevo da imprensa brasileira oitocentista foi a imprensa feminista, composta por jornais feitos por mulheres que viam nos impressos um meio de difundir a defesa dos direitos das mulheres à educação e ao espaço no debate público. As escritoras e proprietárias de jornais engajaram sua palavra também na luta pela abolição e, mais adiante, pela ampliação do direito ao voto e da cidadania.

Assim, a imprensa feminista exerceu um papel fundamental na construção de uma crítica às incoerências do liberalismo e da elite brasileira escravista, exploradas estrategicamente pelas mulheres em seus jornais. Em contraponto à ideia corrente sobre a atuação política das mulheres no passado, argumentamos que as editoras dos jornais não tinham “ideias avançadas” nem estavam “à frente de seu tempo” e, tampouco, “fugiam às convenções sociais”. Como analisam Maria Ligia Prado e Stella Franco (2013) tais mulheres pensavam e agiam como indivíduos de sua época. É necessário destacar que elas estavam envolvidas com atividades políticas “mais intensamente do que se tem assinalado e não somente ao final do século, quando as lutas sufragistas ganharam destaque” (PRADO; FRANCO 2013, p. 95).

Por meio da análise dos semanários *O Sexo Feminino*, publicado entre 1873 e 1899 por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, e *A Família*, organizado e editado por Josefina Álvares de Azevedo, entre os anos de 1888 e 1897, o nosso objetivo neste ensaio é delinear brevemente o pensamento e a atuação destas mulheres, estabelecendo relações com a emergência do feminismo no Brasil ao longo da segunda metade século XIX¹. Para tanto, partimos de uma compreensão alargada de feminismo, proposta por Constância Lima Duarte, considerando “todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo” (2019, p. 27).

Francisca Diniz e Josefina Azevedo não foram pioneiras na imprensa brasileira: seus jornais seguiram as publicações de *Belona Irada contra os Sectários de Momo* (1833), de Maria Josefa e o *Jornal das Senhoras* (1852), de Juana Paula Manso de Noronha – considerados os primeiros jornais feitos por mulheres no país. Podemos destacar ainda outros como *O Belo Sexo* (1862), organizado por um conjunto de mulheres, e o *Echo das Damas* (1879), de Amélia Carolina da Silva Couto. Ainda assim, O

¹ Inicialmente *O Sexo Feminino* foi publicado na Cidade da Campanha, em Minas Gerais, mas com a mudança de sua proprietária para o Rio de Janeiro, passou a ser produzido na capital fluminense a partir de 1875. O mesmo se deu com *A Família*, sediado São Paulo apenas durante o primeiro ano. Esses e muitos outros da imprensa feminista estão disponíveis digitalmente para consulta e leitura no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, que pode ser acessado através do link: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

Sexo Feminino foi uma das publicações de maior alcance da imprensa feita por mulheres nesse contexto. *A Família* tinha a proposta do sufrágio e educação às mulheres brasileiras. Estes aspectos motivaram a escolha das fontes para este artigo.

A relevância dessas fontes, inseridas no contexto de modernização, efervescência do debate público e disseminação da imprensa, evidencia-se pela expressiva circulação dos jornais, além da sua relação com a emergência de ideias feministas entre mulheres jornalistas, escritoras e leitoras pelo vasto território brasileiro. Este tema tem sido cada vez mais explorado na pesquisa histórica, contando com as contribuições do campo dos estudos de gênero – um dos mais dinâmicos da historiografia contemporânea brasileira –, que mantém uma “relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa” (LUCA, 2005, p. 126). Portanto, consideramos que a análise dos periódicos, das trajetórias e do pensamento dessas mulheres a partir da categoria de gênero, pode contribuir ricamente para a história da imprensa e dos movimentos feminista e abolicionista.

Observar a atuação das mulheres enquanto sujeitos históricos, inserindo-as nos debates sobre cidadania e direitos políticos, implica a operação do gênero como uma categoria analítica. Como analisa Joan Scott (1999), o gênero diz respeito à “diferença sexual”, construída social e historicamente, a partir de uma rede discursiva que atribui diferentes características e papéis sociais a homens e mulheres, tornando-se ainda uma ferramenta essencial para problematizar o conceito de cidadania. Por outro lado, a articulação teórica da categoria de gênero com a de raça, é imprescindível para dar conta das tensões políticas e filosóficas que se impõem nas discussões em torno do tema².

Diante disso, elaboramos uma análise dos jornais *O Sexo Feminino* e *A Família*, a fim de compreender as diferentes propostas de suas proprietárias para a transformação da sociedade brasileira do período, a partir de uma perspectiva feminista. Na primeira seção do artigo, exploramos a relação entre o engajamento das mulheres no movimento abolicionista e o surgimento de ideias feministas. A segunda parte do texto é dedicada à análise das críticas feministas sobre as inconsistências da política liberal, que exaltava a igualdade enquanto excluía as mulheres e justificava a escravidão. A partir dos debates propostos, identificamos as estratégias discursivas empregadas pelas feministas na reivindicação de seus direitos como cidadãs.

FEMINISMO E ABOLICIONISMO

A imprensa feminista do século XIX foi difundida, majoritariamente, por mulheres brancas e de famílias abastadas, que desfrutaram do privilégio de serem alfabetizadas e educadas no país ou no exterior, diferente da maior parte da população brasileira, composta por mulheres e homens negros escravizados e pobres livres. Como nos lembra Bebel Nepomuceno

Na Colônia e no Império, a condição jurídica de escravo vetava a negros e negras o acesso à educação formal; no pós-Abolição, por conta do racismo existente na sociedade, essa população encontrou muita dificuldade de obter um lugar nos bancos escolares da rede pública (NEPOMUCENO, 2013, p. 386).

2 O movimento sufragista dos Estados Unidos, por exemplo, composto em sua maioria por mulheres brancas e abolicionistas, passou por embates quando a luta pelo sufrágio das mulheres brancas passou a significar a restrição da cidadania aos negros. Além disso, apesar de ligadas ao movimento abolicionista, sufragistas como Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton, não percebiam ou preferiam ignorar as demandas das mulheres negras, que viviam no sistema explorador latifundiário escravista (DAVIS, 2016, p.77).

De acordo com o recenseamento da época, até 1872 apenas 1.458 mulheres brasileiras sabiam ler e escrever, o que representava, aproximadamente, apenas 7% da população brasileira (NUNES, 2008). Ou seja, a raça e a classe deram os contornos da empreitada feminista. Como aponta Celi Pinto (2003), a pretensão de qualquer grupo de se apresentar à sociedade com novas ideias para formar uma opinião pública a seu favor por meio da imprensa o fazia, evidentemente, “nos limites estritos de uma classe média urbana e culta” (PINTO, 2003, p. 29).

Os jornais não se tratavam de simples veículos de comunicação, mas sim da materialização de uma ação social orientada para a transformação e a difusão de ideais. Como analisa a historiadora Tânia Regina de Luca (2005), expandia-se no Império brasileiro o mundo urbano e “os trilhos das ferrovias rasgaram as regiões mais prósperas, a navegação a vapor acelerava as trocas, as atividades comerciais e os serviços começavam a se diversificar” e tudo isso exigia e favorecia a circulação de informação (LUCA, 2005, p. 136). A existência de textos nitidamente feministas, mesmo que limitado a um pequeno grupo letrado, e de feministas ativas como periodistas, fundadoras de jornais “tiveram uma quota considerável de responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras, um papel fundamental” (MUZART, 2003, p. 226).

Francisca Senhorinha da Motta Diniz teve seu quinhão. Nascida em São João del-Rei, exerceu o magistério desde 1854, trabalhando como professora interina na Villa do Uberaba. Não se sabe exatamente quando ela se mudou para Campanha da Princesa, cidade mineira³ onde fundou seu jornal *O Sexo Feminino*, em 7 de setembro de 1873, utilizando-se da tipografia do jornal de seu marido, José Joaquim da Silva, advogado, professor de pedagogia e proprietário do jornal *O Monarchista* (ANDRADE, 2006, p. 21). Dois anos após a primeira publicação de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz mudou-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a publicar o semanário⁴.

O Sexo Feminino continha quatro páginas divididas em duas colunas (Figura 1). Em todas as edições sua estrutura foi conservada, contando com o editorial na primeira página, uma coluna de colaboração, as rubricas de literatura, poesia e noticiário. Algumas edições continham também um espaço para a publicação de folhetins, peças de teatro e de “variedades” onde geralmente se encontram charadas, artigos livres e atividades de gramática. O semanário é reconhecido como o de maior sucesso e duração entre aqueles dedicados às mulheres, tendo circulado ao longo das três últimas décadas dos anos de 1800, mais precisamente, entre 1873 e 1899, com tiragem inicial de 800 exemplares.

A respeito do seu público alvo, o título do jornal o deixa bem claro: os textos se destinam primordialmente às mulheres, campanhenses ou não. Para Kelly Nascimento (2006), *O Sexo Feminino*

3 Campanha da Princesa é a cidade mais antiga do sul de Minas Gerais, considerada “o berço da cultura sul mineira” e a “cidade mãe do sul de Minas”. A vila de Campanha foi formada durante o ciclo do ouro, quando conheceu riqueza e opulência e, em 9 de março de 1840 foi elevada à condição de cidade. Localizada na região fronteira com São Paulo e Rio de Janeiro e, tendo sido parte do caminho das tropas de abastecimento da Corte a partir de 1808 (ANDRADE; CARDOSO, 2000), “refletia as transformações políticas, sociais e culturais que ocorriam no Rio de Janeiro, aderindo aos projetos que repercutiam na corte, principalmente a aspiração de uma sociedade letrada” (NUNES, 2008, p. 3) – e no caso de Francisca Diniz, a aspiração de mulheres intelectualizadas. A região centro-sul em que Campanha se insere, começou a se desenvolver vertiginosamente com a cultura do café (considerado na época uma mercadoria de luxo), cuja demanda nos países europeus e norte-americanos cresceu cada vez mais desde o século XVIII. As condições naturais e humanas propícias para a expansão das lavouras cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro foi ao encontro dos interesses dos grandes produtores e donos de escravos, que investiram na monocultura milionária do café.

4 Não raro, as mulheres donas de jornais como *O Domingo*, *Echo das Damas* e *A Família* mudavam sua sede para o Rio de Janeiro e tinham seus exemplares lidos por membros da corte. Francisca Diniz, por exemplo, passou a contar com a “assinatura honrosa” de D. Pedro II (*O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 1875, ano 2, n.º 4, p. 2) e da princesa Isabel (*O Sexo Feminino*, Rio de Janeiro, 1875, ano 2, n.º 5, p. 3) apenas dois meses após a primeira publicação do semanário na capital.



Figura 1 - O Sexo Feminino. Campanha, Brasil, 7 de setembro de 1873. Edição 1. Capa.

era um título ousado, pois “apresentava-se como um semanário não mais dedicado às damas e senhoras e sim, aos interesses da mulher [...] bem distantes dos assuntos considerados pela imprensa da época como femininos, tais como a beleza e a moda” (NASCIMENTO, 2006, p. 57).

Proprietária, redatora e editora do semanário, Francisca Diniz lançou mão da imprensa para defender ideias modernas de civilização, a causa abolicionista e, principalmente, a emancipação da mulher por meio da educação e da independência financeira. Devido à publicação de seu jornal, foi considerada por muitas mineiras como “líder de um movimento que ‘libertaria’ as mulheres do domínio masculino” (NASCIMENTO, 2006, p. 62).

Entusiasta do progresso e do positivismo, Francisca Diniz acreditava que a presença e contribuição das mulheres na imprensa e seu acesso à educação eram a luz do progresso, que tal “qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso” (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n.º 1, p. 1). Diante disso, denunciou em seu jornal a incoerência da elite escravocrata brasileira, escrevendo que “não há maior erro, mais triste ingenuidade do que dizer-se que o século XIX é o século das luzes, existindo a escravatura e a pena de morte, os dois maiores crimes bárbaros do mundo, ainda conservados no mundo civilizado” (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n.º 3, p. 1-2)⁵.

Durante muito tempo, a periodista considerou o sufrágio uma luta desnecessária e não abordou o assunto em seu semanário, argumentando que este ainda era um direito de poucos mesmo entre os homens brasileiros. Mas, com a intensificação da agitação republicana, a possibilidade de participação das mulheres na vida política por meio do voto passou a ser vislumbrada em seus artigos. Além disso, diante da frequente divulgação de notícias internacionais sobre as conquistas das mulheres nos jornais feministas – elemento característico dessa imprensa (DUARTE, 2019) –, é possível inferir que houve no país crescente influência e impacto dos movimentos sufragistas da Europa e, sobretudo, dos Estados Unidos.

De modo semelhante às sufragistas estadunidenses, muitas feministas brasileiras como Francisca Diniz, estabeleceram uma aproximação entre as causas das mulheres e a abolicionista – movimento marcante no despertar de uma luta das mulheres por direitos políticos nos Estados Unidos do século XIX. Mulheres brancas da elite estadunidense, ao se organizarem e lutarem pela causa abolicionista, identificaram-se com a situação de escravas diante da crítica recente do casamento como uma instituição milenar que as oprimia.

Para Angela Davis (2016), é possível que as primeiras feministas estadunidenses tenham descrito o matrimônio como uma “escravidão” semelhante à sofrida pela população negra principalmente devido ao poder impactante dessa comparação. Por um lado, como analisa a escritora, essa identificação entre as duas instituições sugeria que a escravidão não era muito pior do que o casamento – questão que as feministas brancas pareciam ignorar. Por outro, “a implicação mais importante dessa comparação era a de que as mulheres brancas de classe média sentiam certa afinidade com as mulheres e os homens negros, para quem a escravidão significava chicotes e correntes” (DAVIS, 2016, p. 53).

Da mesma forma, as feministas brasileiras se identificaram, por meio da luta abolicionista, com a condição de escravas e viam o confinamento das mulheres da elite em seus lares⁶ – frequentemente justificado pela suposição de sua incapacidade biológica na menor deliberação fora do ambiente doméstico – como sua desumanização e escravização. Na sétima edição do jornal *O Sexo Feminino* encontramos um longo artigo de sua proprietária em defesa da educação intelectual das mulheres, a denúncia de sua condição subalterna nas sociedades de quase todos os países do mundo, sendo

5 A escritora se refere à simbólica manutenção da escravidão pelas elites e à existência de um Código Criminal que legitimava a pena de morte (um recurso de segurança da elite branca em relação aos negros escravizados) no Império, ao mesmo tempo em que fervilhavam acalorados debates públicos em torno de ideias liberais e se davam transformações econômicas mundiais que impunham uma nova organização do trabalho de acordo com o modelo capitalista em desenvolvimento.

6 Como nos conta Bebel Nepomuceno (2013) as mulheres negras não experimentaram o mesmo tipo de submissão que as mulheres brancas de elite até inícios do século XX, tampouco foram confinadas ao espaço doméstico, reservado às bem-nascidas. Pobres e discriminadas, as mulheres negras trabalhavam como pequenas sitiantes, agricultoras, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades e muitas delas eram chefes de casa. Portanto, durante o século XIX “Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público” (NEPOMUCENO, 2013, p. 382).

considerada uma “ESCRAVA – um traste necessário da casa, que como outro qualquer podia ser convertido em dinheiro” (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n.º 7, p. 1)⁷. No excerto, a comparação com a escravidão é reforçada pela crítica à objetificação das mulheres, violência considerada por elas como análoga à qual foram submetidas as mulheres e os homens negros escravizados.

Dessa forma, a produção de jornais feministas foi essencial para estabelecer conexões entre a luta abolicionista e a luta das mulheres. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles (2018), poucas brasileiras estavam dispostas a enfrentar o “ridículo” de falar publicamente sobre a abolição, como o fez Maria Amélia de Queiroz, colaboradora do jornal *A Família*, em suas palestras públicas sobre o tema. Os ideais abolicionistas foram propagados por feministas sobretudo por meio dos periódicos e de outros escritos, a exemplo do folheto *Páginas de uma vida obscura* (1855), de Nisia Floresta, feminista brasileira conhecida pela publicação de *Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens* (1852) – uma tradução livre de *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* (1792), da escritora inglesa Mary Wollstonecraft.

Embora fosse uma crítica da hierarquia entre homens e mulheres na família e, sobretudo no casamento, Francisca Diniz, assim como muitas outras feminista, entendia a emancipação como “processos de conscientização das mulheres quanto às suas necessidades e potencialidades que se estendem para além da esfera doméstica sem, no entanto, abandoná-la” (NASCIMENTO, 2006, p. 63). A jornalista apostava na missão regeneradora das mulheres, enquanto mães e esposas, na construção da nação e acreditava que a sua emancipação, “fundada na virtude, na educação, na instrução, no amor ao trabalho”, seria capaz de promover a felicidade de toda a humanidade (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n.º 9, p. 1), pois à mulher cabia a responsabilidade de educar os filhos, futuros cidadãos. Sua lógica é resumida em uma das muitas frases do escritor francês Aimé Martin que traduzia em seu jornal: “no coração maternal se nutrem o espírito dos povos, os seus costumes, prejuízos, virtudes, e por outros termos, a civilização do gênero humano” (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n.º 2, p. 2).

Essa visão vai ao encontro do projeto de Augusto Comte que, de acordo com Maria Ligia Prado e Stella Franco (2013), acreditava que as mulheres deviam ser bem formadas considerando que eram as primeiras a educarem os homens. Para o idealizador do positivismo, “Sabendo criar os meninos como bons cidadãos e empenhadas lideranças políticas das nações, as mulheres fariam um bem, não só para a família, mas também para a pátria e, enfim, para a humanidade” (PRADO; FRANCO, 2013, p. 101). A presença desse tipo de discurso no semanário revela as influências positivistas de sua proprietária, muito comum entre as feministas brasileiras do século XIX, tais como a crença na superioridade moral da mulher e sua natureza altruísta, no instinto materno e nas mulheres como sujeitos do progresso.

Para os positivistas, as mulheres eram fundamentais para o avanço da sociedade devido ao seu elevado caráter moral e sua apurada habilidade para o ensino, proveniente do “instinto materno”. Estrategicamente, tomando esse pensamento como base, muitas feministas argumentaram para que as mulheres tivessem acesso à mesma educação que os homens. Assim, antes vista como desnecessária e prejudicial às mulheres, sua educação “tornou-se desejável a partir do momento em que ela passou a ser vista como mantenedora da família e da pátria, conforme o discurso positivista” (NASCIMENTO, 2006, p. 41).

⁷ Chamamos atenção para as escolhas dos recursos gráficos na escrita de Francisca nesse excerto, pois permite perceber que a feminista era categórica quanto à situação da mulher, destacando a palavra “escrava” em maiúsculas e a descrição que a segue em itálico.

Como ressaltam Maria Ligia Prado e Stella Franco (2013) não era incomum encontrar discursos sobre emancipação e luta por direitos das mulheres, em que comparavam o casamento ao regime escravocrata, contudo, sem criticar a própria noção de família. Para as autoras, essas feministas brasileiras não tinham um discurso revolucionário, pois temiam represálias e a perda da feminilidade, portanto, acionaram em seus discursos a maternidade e a importância das mulheres na solidificação da família. Mesmo a sufragista Josefina Álvares de Azevedo que, na primeira edição do jornal *A Família*, afirma não ter como objetivo ensinar as leitoras o papel de uma dona de casa e de mãe, desvinculando a educação das mulheres das tarefas domésticas, não o faz sem justificar que isso não seria preciso, pois considerava a domesticidade uma característica inata das mulheres (*A Família*, São Paulo, 1888, ano 1, n.º 1, p. 1). Ainda assim, não podemos perder de vista o potencial do pensamento dessas mulheres quando

havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres, justificadas na ciência da época que as considerava inadequadas para as atividades públicas, devido a sua fragilidade e menor inteligência (SOIHET, 2013, p. 218).

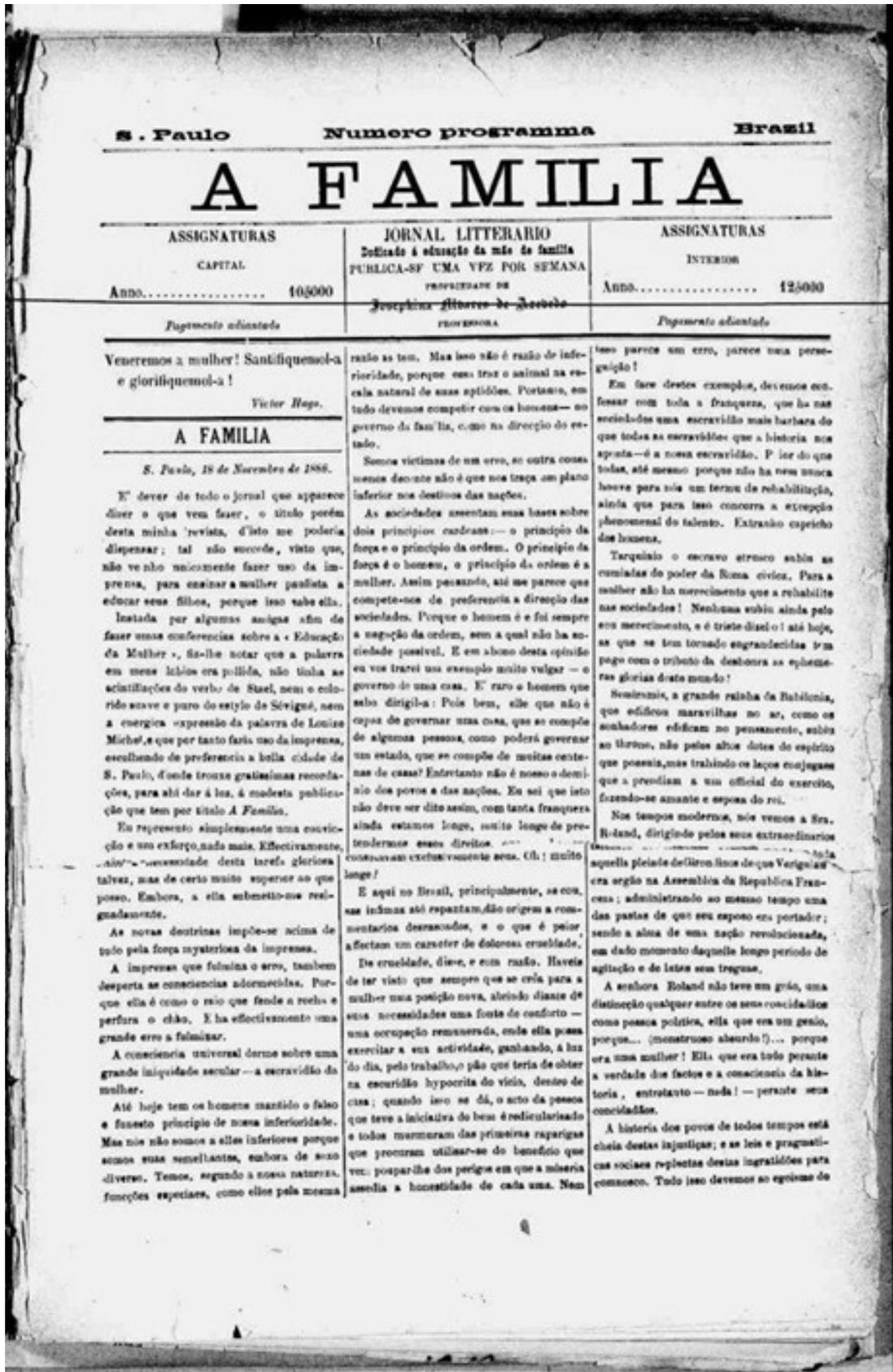
Assim como os discursos das feministas francesas analisados por Joan Scott (2002), os argumentos das brasileiras na defesa dos direitos políticos e da cidadania eram tão convincentes quanto paradoxais – mas, nem por isso, menos significativos. Protestando contra as desigualdades a que estavam submetidas por serem mulheres, agiam em nome das mulheres, mães e esposas, invocando a mesma diferença que tentavam negar. Ao mesmo tempo em que desafiavam os limites do individualismo liberal, acomodavam-se a eles.

FEMINISMO E CIDADANIA

O jornal *A Família* foi criado por Josefina Álvares de Azevedo (1851–1905) – professora e escritora pernambucana, e autora da peça de teatro *O voto feminino* (1878). Ao longo de sua trajetória militante pela educação e participação política das mulheres, a escritora realizou uma campanha nacional pelo sufrágio e sob a coordenação de palestras, ressaltando a importância de reivindicar a cidadania das mulheres, tornando-a pioneira nesse debate (DUARTE, 2019). A escritora, também, considerou de uma urgência que as mulheres passassem a frequentar o ensino básico e superior, tivessem permissão para pedir o divórcio e pudessem exercer trabalho remunerado⁸. O jornal *A Família* foi publicado, em um primeiro momento, na cidade de São Paulo e ao completar um ano de circulação, Josefina mudou sua sede para o Rio de Janeiro, com vistas à ampliação do alcance de seu periódico na capital e junto à Corte Imperial.

Em relação a construção e elaboração do periódico, podemos perceber que Josefina de Azevedo foi a única editora do jornal, mas contava com a participação de colaboradoras árduas no processo de escrita. Anália Franco e Isabel de Mattos Dillon eram árduas colaboradoras, com textos semanais durante o tempo de atuação do jornal. Assim, notamos uma diversidade de artigos publicados no periódico, porém sob um mesmo regimento: o de viabilizar a emancipação das mulheres a partir da crítica das condições com que estão vivendo na sociedade brasileira (Figura 2), mesmo que o tom desses artigos não se igualassem ao radical de Azevedo.

⁸ Destacamos que as mulheres negras e pobres brancas já trabalhavam fora do lar e de forma remunerada, sendo assim, essas reivindicações eram voltadas para as mulheres da elite brasileira.



S. Paulo		Numero programma	Brasil
<h1>A FAMILIA</h1>			
ASSIGNATURAS	JORNAL LITTERARIO		ASSIGNATURAS
CAPITAL	Dedicado á educaçáo da mãe de família		INTERIOR
ANNO.....	PUBLICA-SE UMA VEZ POR SEMANA		ANNO.....
10\$000	PROPRIEDADE DE		12\$000
<i>Pagamento adiantado</i>	<i>Joséphina Ribeiro de Azevedo</i>		<i>Pagamento adiantado</i>
	PROVEDORA		

Veneremos a mulher! Santifiquemo-la e glorifiquemo-la!

Victor Hugo.

A FAMILIA

S. Paulo, 18 de Novembro de 1888.

É dever de todo o jornal que apparece dizer o que vem fazer, o título porém desta minha revista, d'isto me poderia dispensar; tal não succede, visto que, não venho unicamente fazer uso da imprensa, para ensinar a mulher paulista a educar seus filhos, porque isso sabe ella.

Instada por algumas amigas a fim de fazer umas conferencias sobre a « Educação da Mulher », sahe-me notar que a palavra em meus labios era polida, não tinha as acintilhões do verbo de Suel, nem o colorido suave e puro do estylo de Sévigné, nem a energia expressiva da palavra de Louise Michel, e que per tanto fazia uso da imprensa, escolhendo de preferença a bella cidade de S. Paulo, d'onde trouxe gratissimas recordações, para ali dar á luz, á modesta publicação que tem por título *A Família*.

Eu represento simplesmente uma convicção e um esforço, nada mais. Effectivamente, a necessidade desta tarefa gloriosa talvez, não de certo muito superior ao que posso. Embora, a ella submetto-me resignadamente.

As novas doutrinas impõe-se acima de tudo pela força mysteriosa da imprensa.

A imprensa que fulmina o erro, tambem desperta as consciencias adormecidas. Porque ella é como o raio que fende a rocha e perfura o chão. E ha effectivamente uma grande erro a fulminar.

A consciencia universal derma sobre uma grande iniquidade secular — a escravidão da mulher.

Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto principio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a ellas inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza, funções especiaes, como elles pela mesma

razão as tem. Mas isso não é razão de inferioridade, porque esse traço animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens — no governo da família, como na direcção do estado.

Somos victimas de um erro, se outra coisa meuzas dezoito não é que nos traça um plano inferior nos destinos das nações.

As sociedades assentam suas bases sobre dois principios cardinaes — o principio da força e o principio da ordem. O principio da força é o homem, o principio da ordem é a mulher. Assim pensando, até me parece que compete-nos de preferença a direcção das sociedades. Porque o homem é e foi sempre a negação da ordem, sem a qual não ha sociedade possível. E em abono desta opinião eu vos traço um exemplo muito vulgar — o governo de uma casa. É raro o homem que sabe dirigi-la: Pois bem, elle que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, como poderá governar um estado, que se compõe de muitas centenas de casas? Entretanto não é nosso o dominio dos povos e das nações. Eu sei que isto não deve ser dito assim, com tanta franqueza ainda estamos longe, muito longe de pretendermos esses direitos. Mas, muito longe, custamos excessivamente a nós. Oh! muito longe!

E aqui no Brazil, principalmente, se com, as infimas até repantando origens a commentarios desrazoados, e o que é peor affectam um caracter de dolorosa crueldade.

De crueldade, disse, e com razão. Havela de ter visto que sempre que se cria para a mulher uma posição nova, alheio d'ante de suas necessidades uma fonte de conforto — uma occupação remunerada, onde ella possa exercitar a sua actividade, ganhando, á luz do dia, pelo trabalho, o pão que teria de obter na escuridão hypocrita do vicio, desde d'ante: quando isso se dá, o acto da pessoa que teve a iniciativa do bem é redicularizado e todos mormoram das primitivas raparigas que procuram utilisar-se do beneficio que vem: preparando dos perigos em que a miséria assedia a honestidade de cada uma. Nem

isso parece um erro, parece uma percepção!

Em face destes exemplos, devemos confessar com toda a franqueza, que ha nas sociedades uma escravidão mais barbara do que todas as escravidões que a historia nos aponta — é a nossa escravidão. P. ler do que todas, até mesmo porque não ha nem unica hecive para nós um termo de rehabilitação, ainda que para isso concorra a excepção phenomenal do talento. Extrahio o espedicho dos homens.

Tarquínio o escravo etrusco sabia as condições do poder da Roma civilis. Para a mulher não ha movimento que a rehabilite nas sociedades! Nem ha subido ainda pelo seu merecimento, e é triste d'isso! até hoje, as que se tem tornado engrandecidas tem pago com o tributo da deshonra as ephemeras glorias deste mundo!

Sociedade, a grande rainha da Babilonia, que edificou maravilhas no ar, como os amadores edificam no pensamento, subiu ao throno, não pelas almas dotes do espirito que possuia, mas trahindo os laços conjugaes que a prendiam a um official do exercito, fazendo-se amante e esposa do rei.

Nos tempos modernos, nós vemos a Sr. Roland, dirigindo pelos seus extraordinarios talentos aquella pleiade de Girou-lineas de que Vergilias era orgão na Assemblia da Republica Francesa; administrando ao mesmo tempo uma das partes de que seu esposo era portador; sendo a alma de uma nação revolucionada, em dado momento daquelle longo periodo de agitação e de lutas sem tréguas.

A senhora Roland não teve um grão, uma distincção qualquer antes de seus concidãos como pessoa politica, ella que era um genio, porque... (monstruoso absurdo!)... porque era uma mulher! Ella, que era todo perante a verdade dos factos e a consciencia da historia, entretanto — nada! — perante seus concidãos.

A historia dos povos de todos tempos está cheia destas injustiças; e as leis e pragmatikas sociais repletas destas ingratidões para commoço. Tudo isso devemos ao egoismo de

Figura 2 - A Família. São Paulo, Brasil, 1888. Edição 1. Capa.

Na proposta do jornal *A Família*, é notável que a luta sufragista era a causa comum entre suas colaboradoras. Algumas ressaltavam a importância da cidadania e o direito ao voto e de ser votada, outras destacavam a importância da educação – não apenas voltada para o mercado de trabalho, mas também, para uma melhor educação dos filhos e cuidados do lar. Além disso, outras pautas destacadas no periódico foram a formação educacional qualificada e a conquista do espaço público para as mulheres, reforçando que estas não podiam se conformar com a condição de donas de casa e mães sob uma educação voltada para futilidades e os cuidados do lar.

Inclusive, em seu primeiro número, o jornal propôs a fuga de conteúdos como aqueles encontrados em outros periódicos, do qual podemos até mesmo comparar a outros jornais feministas do período, como o de Francisca Diniz, que instruiu as mulheres a conduzirem o lar e abordava conteúdos sobre moda e beleza. Em contrapartida, o *A Família* priorizou a garantia de educação primária e formação superior a todas as mulheres, sob o discurso de elevação moral e espiritual, a partir do desenvolvimento intelectual.

Em relação ao sufrágio, não era incomum que o argumento sufragista viesse acompanhado de um discurso de colaboração entre homens e mulheres, já que a conquista do voto não seria um triunfo somente das mulheres, mas de toda nação – como um sinal de progresso. Esse contexto de fim do século XIX, foi um período de formação de mentalidades e construção de projetos de nação, apoiando-se tanto em visões progressistas quanto em um viés conservador, que disputavam a modernização estatal da sociedade (REIS, 2006).

Muito do que as sufragistas questionavam sobre a situação da mulher brasileira, vinha do contato com as suas companheiras de luta de outros países – principalmente Estados Unidos e Inglaterra – que iam às ruas e lugares públicos mostrarem suas insatisfações, justificando ser uma causa global. Em uma das publicações do jornal, Josefina traz a conquista de direitos como um dos pilares que fortaleceriam a tão almejada sociedade desenvolvida.

O que é verdade é que à medida que a mulher se eleva, as sociedades progredem; o século XIX que é o século das grandes ideias tem tido a ventura de ver discutido à luz dos princípios as bases de nossos direitos sociais. Seja mulher igual ao homem e a sociedade será perfeita (*A Família*, São Paulo, 1888, ano 1, n.º 3, p. 3).

A associação entre os direitos das mulheres à ideia iluminista e liberal de igualdade é reforçada pelas feministas como um direito já conquistado, mas nunca exercido (ALVES, 2019). Nesse viés, a educação se torna essencial, não apenas para formar boas esposas e mães, mas também para que as mulheres pudessem exercer profissões, participar das decisões políticas, votar e serem votadas. A educação das mulheres abrangia a função para uma melhor formação dos filhos e casamentos prósperos, sendo a idealização de "mulher" das Nações em direção ao progresso.

Isso implica pensar que, “ao mesmo tempo em que se exaltavam a grandeza e a nobreza dessas tarefas, condenavam-se todas as que não sabiam ou não podiam realizá-las à perfeição” (BADINTER, 1985, p. 237). Apesar de posteriormente as feministas questionarem o ideal de maternidade como algo socialmente construído e utilizado na criação de uma identidade “feminina e moralmente aceita” de mulher, até o início do século XX, ela não era um problema e, ainda, a viam como uma função natural das mulheres e como justificativa plausível para alcançar a almejada cidadania⁹. As sufragistas

⁹ É importante ressaltar que isso não se aplicava às mulheres de todas classes sociais e raciais, já que as mulheres negras e operárias tinham uma relação diferente com a função materna.

se apoiaram no ideal de maternidade a fim de angariar apoio à luta emancipatória, pois, como aponta Branca Moreira Alves, o feminismo das mulheres que lutavam pelo sufrágio, nesse contexto brasileiro, “se coloca com cautela mostrando sua boa vontade e enfatizando os ‘atributos femininos’” (2013, p. 61).

Mesmo que a mobilização da maternidade para a reivindicação de direitos políticos e da cidadania das mulheres pareça ser inócuo ao aceitar e recusar a mesma “diferença sexual” que justifica a exclusão das mulheres, as estratégias das feministas são exemplos da habilidade em explorar ambiguidades nos conceitos fundamentais da filosofia, da política e do senso comum, resultando em um posicionamento discursivo contraditório *per se*. Para Joan Scott (2002), esse paradoxo permeou o feminismo como movimento político por toda a sua longa história, pois é ele mesmo um fruto das contradições do individualismo liberal.

Essa contradição não era exclusiva de Josefina de Azevedo. Francisca Diniz em *O Sexo Feminino*, defendia uma educação das mulheres e as estimulavam a buscar sua intelectualidade, exortando os homens retrógrados que se opunham ao progresso. Acreditava que as mulheres estavam sendo intencionalmente privadas de instrução e educação pelos homens que as excluía do conhecimento dos negócios públicos. Por isso pedia que suas leitoras buscassem cada vez mais a “imprensa ilustrada” para se educarem, apostando no potencial da imprensa para mudança da sociedade (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n.º 11, p. 2.). No editorial de seu primeiro número escreve que

O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convençam de que mais de metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido da educação das mulheres e ao falso pressuposto de pensarem que a mulher não passa de um traste de casa (*O Sexo Feminino*, Campanha, 1873, ano 1, n. 1, p. 1).

Dessa forma, assim como outras brasileiras, Francisca Diniz e Josefina Azevedo enfatizavam que a ideia de inferioridade resultou da desigualdade entre os sexos, causada pela ausência de uma educação intelectual. É preciso apontar que essas diferenciações foram fundadas em uma visão essencialista e biológica e podem aparecer sob os signos da força masculina e da fragilidade feminina.

A proprietária de *A Família*, por vezes advertiu que as afirmações de inferioridades estavam equivocadas, pois existiam variações biológicas que as desmistificam: os homens não eram necessariamente fortes, nem todas as mulheres eram frágeis, pois o meio social era o determinante das condições físicas dos seres humanos. Para Azevedo, a força não era uma característica biológica, mas sim, um exercício de poder, por este motivo, preocupou-se em conscientizar suas leitoras, escrevendo que “em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do Estado” (*A Família*, São Paulo, 1888, ano 1, p.1).

Em consideração a isto, podemos concordar com Simone de Beauvoir (2009) para quem a inferioridade pautada nos discursos biologizantes não tem relação com o fisiológico em si, que a força exercida pelos homens seria, na verdade, as leis que impõem. Os discursos sobre a inferioridade das mulheres são alimentados pelas desigualdades sociais, culturais e econômicas. Sendo assim, para Josefina, a educação parecia um caminho viável para extinguir as desigualdades entre homens e mulheres. Se era preciso ser “desenvolvida” intelectualmente para possuir “força”, seria por meio da formação educacional que as mulheres atingiriam esse feito.

Em conclusão, consideramos que o jornal *A Família* se tornou uma ferramenta essencial no desenvolvimento e difusão das ideias feministas em meados do século XIX, especialmente, por alcançar diversas regiões do Brasil. A proprietária também aceitava críticas e enfrentava a má receptividade por parte de algumas leitoras e leitores, desconfortáveis com os ensinamentos de Josefina e suas colaboradoras – o que era um obstáculo para seu maior objetivo: a adesão das mulheres brasileiras às ideias emancipatórias.

Por esse motivo, Josefina encorajou suas leitoras a leitura de seu jornal – mesmo que a ideia da emancipação feminina causasse estranheza – com a justificativa de que após a leitura seja feita uma reflexão, e a partir disso, não se conformassem somente com publicações e escritos sob moda, culinária e beleza, já que seriam futilidades sem desnudar a real situação (problemática) com que estavam inseridas as mulheres. Além das leitoras insatisfeitas, Josefina de Azevedo também respondia aos seus companheiros de profissão que se sentiam incomodados e insatisfeitos com suas publicações do jornal *A Família*. Destacamos abaixo uma das respostas de Josefina sobre o fato.

Que a mulher não se envolva nos negócios do estado, nós já sabemos que os homens não querem, mas que ela não possa com eles competir, isso é o que o colega não poderá afirmar com asserto. A Victoria, dirige a Inglaterra, e nem por isso, a Inglaterra deixa de ser a nação mais respeitada do mundo (...) pode ser que eu tenha usado de uma linguagem menos polida, se é que não basta para isso sermos constantemente caluniadas a todos os respeitos e ainda mais, consideradas – um fardo! – por esses mesmo que deviam estar de acordo conosco (*A Família*, São Paulo, 1888, ano 1, nº 3, p. 5).

A escritora em sua resposta, reflete sobre a condição das mulheres nas sociedades ocidentais. Enquanto Rainha Victoria, uma mulher, senta-se no trono e “dirige a Inglaterra”, por que não poderiam ter as mulheres o direito ao trabalho fora do lar? Por que não poderiam ser consideradas cidadãs? As reivindicações das sufragistas brasileiras colocavam em jogo as inconsistências da política liberal que exaltava a igualdade, mas excluía as mulheres e era conivente com a escravidão.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como analisa Karina Janz Woitowicz (2008), a leitura e a escrita das mulheres nos periódicos possibilitou um processo de inserção gradual na esfera pública, cujo marco inicial indica o surgimento da imprensa feita por mulheres no século XIX, de que fazem parte os jornais *O Sexo Feminino* e *A Família*. A imprensa das mulheres representou uma luta por inúmeros direitos, entre eles o direito à escrita – que se tornou também uma ferramenta de mobilização – e a possibilidade de articulação entre diferentes mulheres ao redor do território brasileiro.

Essas iniciativas abriram os caminhos para as mulheres na imprensa brasileira e influenciaram a criação de muitos outros jornais, cuja relevância histórica e riqueza não podemos deixar de ressaltar. Contudo, essas fontes foram deixadas de lado durante muito tempo; os jornais e as mulheres editoras parecem ter caído em um esquecimento que possui caráter eminentemente político, porque “são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra”, como aponta Zahidé Muzart (2003, p. 227). Longe da pretensão de generalizar ou esgotar as possibilidades de pesquisa sobre os jornais, o pensamento e as trajetórias feministas do Brasil oitocentista, esperamos contribuir para continuar rompendo os silêncios da história.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Prof.^a Dra. Cintia Lima Crescêncio pelo estímulo à publicação deste trabalho, e às/os pareceristas e editores da Revista Aedos pelas sugestões que contribuíram para a versão final do texto.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: ARRUDA, Angela ... [etal.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-63.

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. *Estratégias e Escritos: Francisca Diniz e o Movimento Feminista no Século XIX (1873-1890)*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, 146 p.

ANDRADE, Marcos Ferreira. CARDOSO, Maria Tereza Pereira. A Vila da Campanha da Princesa: fontes para a História do Sul de Minas. *Varia História*, Belo Horizonte, nº 23, jul. 2000, p. 214-233.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução Sergio Millet. – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 25-48.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2005, pp. 111-153.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 336, jan-junho/2003, pp. 225-233. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013/8720> > Acesso em: 06/08/20.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre a mulher ideal e a mulher moderna: representações femininas na imprensa mineira (1873-1932)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006, p. 171

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo ignorado. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadoras). *Nova História das mulheres no Brasil*. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013, p. 382-409.

NUNES, Aparecida Maria. A imprensa oitocentista nas páginas de Dona Francisca Senhorinha. Recorte: *Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, v. 5, n. 1. 2008.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – FBN. 2009.

- PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadoras). *Nova História das mulheres no Brasil*. – 1. ed., 1a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013, p. 95- 105.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99..
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 3. *República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Companhia das Letras: São Paulo, 1998, pp. 7-48.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadoras). *Nova História das mulheres no Brasil*. – 1. ed., 1a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013, p. 218-237.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. Alameda Casa Editorial, 2018.
- WOITOWICZ, Karina Janz. Marcos históricos das mulheres na imprensa: A conquista da escrita feminina. *Jornal Alcar*, Porto Alegre, n. 4, out. 2012. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar-no-4-outubro-de-2012/Marcos%20historicos%20da%20insercao%20das%20mulheres%20na%20imprensa.pdf>> Acesso em: 06/08/20.